

A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

4



Américo Junior Nunes da Silva
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2022

A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

4



Américo Junior Nunes da Silva
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



A educação enquanto fenômeno social: um estímulo a transformação humana 4

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social: um estímulo a transformação humana 4 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0060-8

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.608221103>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Subrinho, Abinalio Ubiratan da Cruz (Organizador). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Desde a superação dos paradigmas interpostos pelas tendências de cunho tradicionalista, o campo educacional vem somatizando uma série de ganhos e tensionamentos, entre eles se sublinha o amadurecimento das concepções da aprendizagem enquanto ato situado, atravessado pelas mais diversas experiências e contextos no qual todos os atores envolvidos neste rizoma se tornam importantes elaboradores e propagadores de conhecimento.

Adjunto a isso, se destaca também a indispensável atuação dos professores/as, coordenadores/as e demais profissionais da educação no desenvolvimento de reflexões de cunho teórico, metodológico, epistemológico, formuladas a partir da investigação da sua própria prática. Estudos que se convertem basilares no desenvolvimento de políticas públicas que levem em consideração o cenário sociocultural no qual a escola está imersa (do qual é simbioticamente integrante) e os sujeitos, intra e extramuros, que a compõem.

Nesse sentido, as práticas de pesquisa em Educação têm oportunizado um ganho sistêmico e multilateral para o campo e para os sujeitos, benefícios que refletem, diretamente, nos gestos e processos sociais: ganha o campo pois, em decorrência das investigações novas lentes são lançadas sobre fenômenos e problemáticas que permeiam as relações seculares do ensinar e aprender, bem como emergem novas questões achados que irão, entre outras circunstâncias, contribuir com reformulação do currículo escolar e da didática, inserindo e revisando temáticas e epistemologias.

Quanto aos indivíduos que, atravessados de suas subjetividades, ao pesquisarem exercem a autoformação, dimensão formativa aqui pensada a partir de Pineau (2002), que em linha gerais a define como um processo perene que acompanha os sujeitos em toda sua vida, promovendo uma revolução paradigmática. O estar atento a você mesmo, suas atitudes, emoções, e a relação com o outro e com o ambiente. A interação destas dimensões constitui um engajamento às causas pessoais, sociais e ambientais, possibilitando que os indivíduos reflitam e ressignifiquem, nesse contexto, o pensar praticar à docência e as outras diversas formas de ensinar.

Desse modo, nesta obra intitulada “**A educação enquanto fenômeno social: Um estímulo a transformação humana**” apresentamos ao leitor uma série de estudos que dialogam sobre as mais variadas temáticas, entre elas: a formação inicial e contínua dos profissionais da educação; discussões acerca dos níveis e modalidades de ensino, percebidas a partir de diversas perspectivas teóricas; da gestão da sala de aula e da gestão democrática do ensino público; elaboração e análise crítica de instrumentos ensino e situações de aprendizagem; constructos que versam sobre educação, tecnologia, meio ambiente, entre outras propostas transversais. As pesquisas adotam métodos mistos, filiadas a diferentes abordagens, campo teórico e filosófico, objetivando contribuir com a

ampliação dos debates em educação e com a formação, qualificação e deleite de todos os sujeitos que se encontrarem com este livro.

Assim, desejamos a todos e todas uma aprofundada e aprazível leitura.


Américo Junior Nunes da Silva
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO BRASILEIRO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CURSO DE PEDAGOGIA

Fernando Silva Martins

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6082211031>

CAPÍTULO 2..... 11

O ESTÁGIO COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL E SUA PRECARIZAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

Giovani Mota Moreira


Denise Nascimento Silveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6082211032>

CAPÍTULO 3..... 28

O TRABALHO DOCENTE NAS INTERFACES DA APRENDIZAGEM HÍBRIDA E DA CRISE GERADA PELA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

Jonatas Marcos da Silva Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6082211033>

CAPÍTULO 4..... 42

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO ESPAÇO PARA A CONSTRUÇÃO DOS PAPÉIS E IDENTIDADE DE GÊNERO

Letícia Thomaz Kanazava

Maria Laura Ferreira da Silva

Renata Nicizak Villela


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6082211034>

CAPÍTULO 5..... 51

POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO: PRENÚNCIOS PARA A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Juliana Macedo Balthazar Jorge

Vânia de Fátima Matias de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6082211035>


CAPÍTULO 6..... 60

CULTURA DIGITAL NO ENSINO SUPERIOR: LIMITES E POSSIBILIDADES IMPULSIONADAS PELA PANDEMIA DA COVID-19

Cleber Silva dos Santos

Christian Duarte

Ana Lúcia de Souza Lopes


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6082211036>

CAPÍTULO 7..... 70

VIDEOTEATRO DO OPRIMIDO: A PRÁTICA DA ENCENAÇÃO PELO MÉTODO DO

TEATRO DO OPRIMIDO ATRAVÉS DAS NOVAS MÍDIAS COMO ARTICULAÇÃO DE PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Chrissie Santos de Lima


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6082211037>

CAPÍTULO 8..... 79

PROFISSÃO DOCENTE: DILEMAS, DESAFIOS E OS REFLEXOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Izabelle Cristina de Almeida

Victoria Mottim Gaio


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6082211038>

CAPÍTULO 9..... 88

A CONTRIBUIÇÃO DO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Gerson Luiz Buczenko

Maria Arlete Rosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6082211039>


CAPÍTULO 10..... 100

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO(A) TRANSGÊNERO: ANÁLISE DO PROGRAMA EMPREGABILIDADE TRANS – COZINHA & VOZ ANTES E DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVIRUS

Vanessa Ester Ferreira Nunes

Vanda Mendes Ribeiro

Alexsandro do Nascimento Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.60822110310>

CAPÍTULO 11..... 110


OS CONTRIBUTOS DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ronaldo Garcia Almeida

Célia Maria Retz Godoy dos Santos

Juliana de Araujo Cubas da Silva

Valéria Aparecida Tomazinho Marques

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.60822110311>

CAPÍTULO 12..... 121

EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A MODALIDADE EJA, EM TEMPOS DE PANDEMIA

Maria Verônica Rodrigues da Fonseca

Bárbara de Britto Terra Nova Gonçalves

Viviane da Costa Bastos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.60822110312>

CAPÍTULO 13..... 132


OS DESAFIOS EDUCACIONAIS, FAMILIARES E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

DOCENTE NO PERÍODO DA PANDEMIA DA COVID - 19

Elenice da Silva Moraes

Rosangela Maria Boeno

Maria Rosangela Portella de Castro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.60822110313>

CAPÍTULO 14..... 140

ANIMAÇÃO JAPONESA DR. STONE & MAPAS CONCEITUAIS: ALTERNATIVAS PARA ENSINAR O CONTEÚDO DE SEPARAÇÃO DE MISTURAS NA MODALIDADE ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

Mateus de Jesus Silva Matos

Kalebe Pinheiro Ramos

Alice Pantoja Trindade

Brennda Monteiro Gama

Fabricia Oliveira da Silva

Laura Cristina Ponte Moraes

Ruan Brandão Quintela

Yasmim Cristini Ribeiro dos Santos

Filipe dos Anjos Queiroz

Francisco Diniz da Silva


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.60822110314>

CAPÍTULO 15..... 151

A EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA PROMOVER ESTÍMULOS EDUCATIVOS

Patricia Portela Coêlho

Desireé Gonçalves Raggi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.60822110315>

CAPÍTULO 16..... 164

POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL: NARRATIVAS DE BOLSISTAS DO PROUNI

Adriana Aparecida de Faria Alvarez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.60822110316>

CAPÍTULO 17..... 178

GOOGLE SALA DE AULA E O ENSINO JURÍDICO: UMA ABORDAGEM COLABORATIVA E CONSTRUCIONISTA

José Eduardo Lima Lourencini

Monica Fürkotter

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.60822110317>

CAPÍTULO 18..... 188

NARRATIVA DE PROFESSORES: INSTRUMENTO DE REFLEXÃO DA PRÁTICA DOCENTE

Luciana de Oliveira Gonzaga

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.60822110318>

CAPÍTULO 19.....	199
AS <i>LIVES</i> COMO PROPOSTA DE SOCIALIZAÇÃO DE SABERES E FAZERES	
Vânia Santos de Souza	
Márcia Lidiane Rodrigues Santana	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.60822110319	
SOBRE OS ORGANIZADORES	204
ÍNDICE REMISSIVO.....	205

O ESTÁGIO COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL E SUA PRECARIZAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

Data de aceite: 01/03/2022

Data de submissão: 10/01/2022

Giovani Mota Moreira

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul
Pelotas-RS
<http://lattes.cnpq.br/4332829252852007>
<https://orcid.org/0000-0002-1168-9953>

Denise Nascimento Silveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul
Pelotas-RS
<http://lattes.cnpq.br/4866864802999230>
<https://orcid.org/0000-0001-9951-2302>

Este artigo se referenda em publicação realizada nos anais do Livro de Atas 2021 do XXVIII Colóquio da AFIRSE Portugal, do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://afirse.ie.ul.pt/coloquios/xxviii-coloquio-2021/>. Consulta em 08/01/2022.

RESUMO: O artigo é parte de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação e Tecnologia do IFSul (PPGEdu/MPET), com abordagem qualitativa, e busca uma compreensão sobre o estágio como espaço de aprendizado profissional em um cenário de precarização do mundo do trabalho. Tem como preocupação o espaço do capitalismo em um país em desenvolvimento e precarização da legislação trabalhista e a implicação dessa

condição para os jovens que necessitam se inserir no mercado de trabalho. A legislação brasileira prevê aos estudantes complementarem os conhecimentos teóricos com os práticos por meio do período de estágio, uma condição importante que pretende complementar o aprendizado profissional. Os estágios estão previstos nos projetos pedagógicos dos cursos e atendem a uma legislação específica. Nesse texto trazemos os resultados de uma pesquisa piloto que realizamos para o processo de qualificação da Dissertação do PPGEdu/MPET.

PALAVRAS-CHAVE: Estágio, Formação Profissional, Estudantes, Precarização.

THE INTERNSHIP AS A PLACE FOR PROFESSIONAL LEARNING AND ITS PRECARIOUSNESS IN THE WORKING WORLD

ABSTRACT: This article is part of a master's degree research developed in the Graduate Program in Education and Technology on the Federal Institute of Education, Science and Technology of Southern Rio Grande do Sul (PPGEdu/MPET), with a qualitative approach, and seeks to understand the internship as a way for professional learning in a scenario of precarity in the working world. It discusses the place of capitalism in a developing country and the precarity of labor legislation and the implication of this condition for young people who need to enter the job market. The Brazilian legislation allows students to complement theoretical with practical knowledge through the internship period, an important condition that aims to complement professional training. The internships are

mentioned in the pedagogical projects of the courses as mandatory and comply with specific legislation. In this work we bring the results of a pilot research that we carried out for the qualification process of the master's Dissertation.

KEYWORDS: Internship, Professional Training, Students, Precarity.

1 | INTRODUÇÃO

Para começar esse texto, retomo à etimologia da palavra estágio: a versão francesa é *stage* (cujo primeiro registro é de 1630), e veio a designar estada que um cônego deve fazer durante certo tempo em um local de sua igreja antes de poder desfrutar das honras e da renda de sua prebenda. Mudou depois para *estage*, consolidando-se como *étage*, estada, demora, permanência, residência, morada. E, no começo do século XIX, o francês já tinha *stagiaire*, que no fim do mesmo século passará ao português como estagiário, designando estudante ou profissional que durante certo período presta serviços com o fim de adaptar-se a novas funções ou a aprender novas habilidades (HR IDIOMAS, 2018).

No Brasil, a educação é regulamentada pelo Governo Federal através do Ministério da Educação, que tem como frentes de atuação a alfabetização, a educação básica, a educação profissional e tecnológica e a educação superior, além de modalidades especializadas de educação. Na estrutura de ensino, conforme a Constituição do Brasil (1988/2020), as responsabilidades estão organizadas por regime de colaboração entre a União – ensino superior e pesquisas; os Estados e ao Distrito Federal – ensino fundamental e médio; e, os Municípios – ensino fundamental e educação infantil.

O estágio remunerado é uma forma de proporcionar o conhecimento prático, complementar aos seus estudos teóricos, todavia o estagiário não tem o abrigo legal da CLT-Consolidação das Leis do Trabalho (BRASIL, 1943), quando contratado pela iniciativa privada e pelo poder público. Dessa forma, os estudantes brasileiros nos ensinos médio, técnico e superior têm a oportunidade legal de apropriarem-se de maior conhecimento para o seu futuro profissional através de trabalhos remunerados ou não em seus estágios. Em muitos casos é a primeira oportunidade profissional dos jovens.

Em função da minha formação e atuação nas Ciências Econômicas, vislumbro considerar estas relações em analogia com os estudantes. Quanto maior for o favorecimento do Estado ao capital financeiro, menor será a participação do país educação, pesquisa e desenvolvimento. Com essa perspectiva, a pesquisa abordará a temática dos estágios partindo do olhar econômico-financeiro, dentro do entendimento das Ciências Econômicas, sendo essas socias e políticas. O professor e economista Dowbor (2017) nos ensina que:

A lógica da acumulação do capital mudou. Os recursos, que vêm em última instância do nosso bolso (...), não só não são reinvestidos produtivamente nas economias como sequer pagam impostos. Não se trata apenas de ilegalidade da evasão fiscal e da injustiça que gera desigualdade. Em termos simplesmente econômicos, de lucro, reinvestimento, geração de empregos, consumo e mas lucros – o ciclo de reprodução do capital –, o sistema trava o

desenvolvimento. É o capitalismo improdutivo. (DOWBOR, 2017, p. 91).



Figura 1 – Estágios e seus protagonistas.

Fonte: Autoria própria.

Com esse olhar, trago na primeira parte deste artigo um pequeno recorte da perspectiva posta no Brasil, sobre a atuação do capitalismo. A finalidade deste esclarecimento é situar os ataques sofridos nos últimos anos aos direitos dos trabalhadores, que se consolidaram em nosso país a partir dos anos trinta do século passado. Essa condição contribui com a precarização do estágio, faço algumas colocações sobre a legislação em tela. Na etapa seguinte do texto, relato a temática da pesquisa em curso. Na penúltima etapa, destaco a metodologia e o referencial teórico, e encerro com a questão de aproveitamento das oportunidades pelos estudantes.

2 | SOBRE O CAPITALISMO

Estamos vivenciando uma fase em que o modelo social denominado de capitalismo compromete a formatação do ensino e dos empregos formais como até então conhecemos, Boaventura de Sousa Santos (2018) declara que:

É o princípio do neoliberalismo começar sua guerra contra o Estado, contra os bens públicos, para redução do papel do estado na economia, privatização da saúde, educação e sistema previdenciário. Nos anos 80 isso começa e não há alternativas. Se não há alternativa não há política, porque política é sobre alternativas (SANTOS, 2018).

É um tipo de exploração advinda do poder financeiro que objetiva aprofundar as necessidades das pessoas, e, em especial, dos jovens que precisam ingressar no mercado de trabalho. O professor Antunes (2018) declara que o capitalismo no plano mundial, nas últimas quatro décadas rompeu o padrão fordista e gerou um modo de trabalho e de vida

pautados na flexibilização e precarização do trabalho.

Para Dowbor (2017), o sistema provoca instabilidade econômica e se dota de instrumentos políticos de controle que impedem qualquer forma séria de regulação, sendo que no Brasil a instabilidade econômica gera a instabilidade política. É possível constatar que falta ao país normas robustas de tolerância e reservas mútuas, como o sistema de freios e contrapesos norte-americano, conforme explicam Levitsky e Ziblatt (2018) ao referirem que em seu país o sistema estava enraizado e por isso funcionou muito bem no século XX.

2.1 O estado brasileiro nesse cenário

Historicamente, o Estado brasileiro se constituiu frágil e dependente de elites dominantes, desde seu descobrimento e, assim, incapaz de transformar suas riquezas em formas de poder perante outros países. Essa condição subjugou o país a um grupo dominante, permitindo que as riquezas se concentrassem, que o autoritarismo fosse a palavra de ordem e que a população estivesse à margem de todos os ganhos sociais. Uma combinação que permitiu que um pequeno grupo tivesse ascendência sobre todos – inclusive - sobre o poder central, mostrando que a sociedade foi formada carente de liderança política.

Em qualquer lugar onde os interesses do setor privado se sobrepõem aos do público fica explícito que não há poder ungido da sociedade para que haja respeito dos semelhantes e, sem o respeito externo, não há condição de poder internacional (VIEGAS, 2011). Assim, através das lideranças particulares, o Brasil se torna um fornecedor de bens com produção advinda de mão de obra, dominada pela habilidade da elite em manter escravos, sejam os negros quando vieram forçados ao trabalho, sejam os trabalhadores que pensam estar livres em uma democracia, mas que, na realidade, lutam pela sobrevivência em uma condição análoga aos africanos do passado.

O capitalismo brasileiro foi fortalecido no último quartil do século passado pelo *thatcherismo* e *reaganismo*, ideias postas para que o sistema financeiro internacional ganhasse mais espaço de crescimento, diretamente tomado do erário que cada vez menos apresenta as condições sociais-democratas aos seus povos. Dowbor (2017) sustenta que o marco regulatório geral que estruturou as finanças desde a Crise de 1929 (Lei Glass-Steagall) foi diluído com estes mandatários.

Para os pesquisadores Kliass e Cardoso Jr. (2016), um estado enfraquecido social e politicamente é um estado debilitado economicamente. Um projeto de nação forte passa necessariamente pelo projeto de desenvolvimento nacional pretendido. As pressões liberais para que o estado seja mínimo demonstram sobremaneira que também mínimo será o resultado alcançado no nível de desenvolvimento.

Um estado não desenvolvido tende a ser dependente, em muitos aspectos importantes da sua vida, principalmente na educação de seu povo que é a modificadora de

uma sociedade e na indústria, que é o fortalecimento da base econômica de transformação das matérias primas. Dowbor (2017) afirma que Estado não é “gasto”, mas prestação de serviços públicos como educação.

Destarte, onde há capacidade estatal para investimentos em pesquisa e desenvolvimento há viabilidade técnica para aprofundar o parque tecnológico e ter como foco a criação de produtos e soluções inovadoras para o país investidor se valer como consumidor e exportador.

Nesse sentido vimos que a declaração de Fiori (2010) é importante:

O que existe são sempre economias e moedas nacionais, que lutam entre si para aumentar a riqueza nacional, por meio da conquista de territórios econômicos supranacionais cada vez mais extensos, nos quais se imponha a moeda do vencedor e seus capitais possam ocupar posições monopólicas e obter “lucros extraordinários. (FIORI, 2010, p. 141).

A fragilidade política brasileira não se mede pela dificuldade em recursos naturais, e sim pela produção da ausência dos seus atores que aceitam a construção liberal clássica promovida nos anos 1980-1990 por Margareth Thatcher (ANTUNES, 2009). Esta exposição se faz necessária para demonstrar que os interesses externos sempre se sobrepõem aos interesses do povo brasileiro.

2.2 Atuação estatal

Cada país teve sua leitura própria do bem-estar social, alguns com maior e outros com menor atuação governamental. Sinteticamente, objetivou proporcionar ao conjunto dos cidadãos padrões mínimos de vida, desenvolver a produção de bens e serviços sociais, controlar o ciclo econômico e ajustar a produção, seus custos e as rendas sociais.

Para Souza (2019), o mundo desenvolvido teve sua bonança entre 1945-1975, quando houve aumento da escolaridade, do bem-estar social e da redistribuição de renda, tendo sido o pacto socioeconômico realizado para o pós-guerra, e completa que o Brasil não esteve neste patamar devido ao golpe de 1964, apoiado pela elite dominante que ainda mantém a exclusão social.

A geração de emprego e renda são fundamentais para que haja crescimento econômico de um país, e nesse contexto está inserido o estado de bem-estar social. Para que a população como um todo tenha crescimento econômico é necessário que as classes menos favorecidas estejam sob o leque estatal, a fim de proporcionar garantias mínimas de sobrevivência, educação, saúde e segurança.

Enquanto não houver redistribuição de renda o país não conseguirá crescer homoganeamente, e sem crescimento para todos não há como se sustentar uma classe social. Ora ela pode estar em patamar superior de aumento da sua renda e melhoria da renda *per capita*, ora pode ter queda e o conseqüente empobrecimento justamente pelo domínio que o capital promove contra todos que não estejam no seu nível de estratificação social.

No Brasil, pela perspectiva de Souza (2019), o capital preconiza a desigualdade social, sua narrativa é contrária ao povo trabalhador e políticas de inclusão social excluem a capacidade de empreendimento e liberdade econômica das pessoas embora sirva para deixar funcional aos estratos superiores.

Faoro (1977) afirmou que a incapacidade do povo para os negócios se dá pelo impedimento imposto pelo sistema. Dessa forma, aplicando na mídia correta com o apresentador de confiança da classe trabalhadora, a burguesia industrial que, para Souza (2019), se constituiu como a fração mais importante da classe dos proprietários, ganha aliados que não veem estar sendo enganados, todavia, faz parte de uma construção de poder retirar ou diminuir o processo de ensino e excluir os sindicatos que são as vozes dos trabalhadores.

Para Anderson (2020), o teatro da mídia é muito importante. Excluído da ascensão social, o precariado pode ser identificado pela estrutura característica da renda social.

2.3 A relação econômica com os grupos sociais

É possível observar no setor econômico, no contexto nacional, alguns aspectos que nos remetem a décadas de atraso na relação capital/trabalho. Os trabalhadores atuais e os futuros, que ora estão nos bancos escolares e universitários na busca do conhecimento, e por consequência de uma melhor condição de trabalho para sua vida profissional, estão sendo ceifados de direitos pessoais, profissionais e previdenciários que estavam garantidos há algumas gerações.

Em razão da nova relação de trabalho imposta pela Reforma Trabalhista (BRASIL, 2017), após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, o capital é apresentado de forma cada vez mais espoliativa, subjugando o trabalhador às suas intenções de ganhos de uma forma como não era vista desde o início do século passado.

Atualmente, só é válida nesta relação a proteção do capital, em que o seu proprietário visa apenas amealhar lucros para investimentos no mercado financeiro, às custas do conhecimento do trabalhador, que acaba por sujeitar-se a essa forma de escravidão moderna para que possa manter a mínima condição de sustento familiar.

A situação enfrentada pelos trabalhadores e, por consequência, por seus familiares que dependem da retribuição pecuniária por aquele labor, chega às raias da irracionalidade advinda dos donos do poder e de seus asseclas que muito bem fazem o trabalho de manipulação, expondo o conhecimento somente daquilo que lhes interessa para melhor manobrar a massa de mão-de-obra.

Este formato é resultado de uma aliança dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, este em sua mais alta Corte, no sentido de afastar um preceito constitucional que dá o direito e a garantia aos cidadãos trabalhadores de que ninguém pode receber menos de um salário mínimo pelo labor mensal de sua atividade, conforme o Artigo 7º da Constituição do Brasil (1988), que estabelece como direitos dos trabalhadores urbanos

e rurais um salário mínimo, fixado em lei e unificado nacionalmente com capacidade de atender às necessidades básicas familiares.

Santos (2016) refere que a democracia é compatível com o capitalismo por ser o outro lado da dominação, e vai adiante referindo que dentre as dominações em que ocorre o fascismo social estão as relações do capital financeiro com o país em que investe e desinveste sem outro motivo além do lucro especulativo.

3 | A TEMÁTICA DA PESQUISA

Diante do que expus até esse momento, a temática da pesquisa é o estágio como espaço de aprendizado profissional, em um cenário de precarização do mundo do trabalho. A questão da pesquisa é tentativa de compreensão dos processos formativos proporcionados pelo estágio curricular. O objetivo principal da pesquisa é buscar uma compreensão sobre os possíveis aprendizados dos estagiários dos cursos da área de Ciências Sociais, durante a realização do estágio curricular.

Os objetivos específicos da pesquisa são: mapear os espaços que oferecem estágio curriculares aos estudantes das Ciências sociais; solicitar aos estudantes que descrevam quais os aprendizados que são considerados mais relevantes para a formação profissional; ouvir dos futuros estagiários quais as expectativas sobre os aprendizados que irão desenvolver durante a realização do estágio; comparar os princípios dos documentos legais sobre as aprendizagens e os relatórios de estágios dos estudantes; identificar precarização no trabalho dos estudantes no estágio pedagógico; sugerir aos projetos pedagógicos dos cursos adequações em seus princípios para realização dos estágios.

4 | METODOLOGIA

A pesquisa terá abordagem qualitativa referenciada em Lüdke e André (2015) e reforçada pelas características apresentadas por Bogdan e Biklen (1982) com as características básicas defendidas por esses autores. Os sujeitos da pesquisa são acadêmicos dos cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas, sendo eles: Direito, Administração, Ciências Econômicas, Arquitetura e Urbanismo, Museologia, Comunicação, Jornalismo, Serviço Social e Turismo, conforme classificação da Capes-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, agência governamental federal ligada ao Ministério da Educação do Brasil.

Para a coleta de dados será seguido questionários e entrevistas semiestruturadas (LÜDKE; ANDRÉ, 2015), e se houver necessidade será feita análise documental nos projetos pedagógicos dos cursos. A importância se dá para o entendimento dos motivos pelos quais os estudantes dividem seu tempo de aprendizado com o estágio

A metodologia para a análise dos dados será a análise de conteúdo proposta por

Bardin (2014). De acordo com a autora (2016, p. 27): “na análise qualitativa é a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração”.

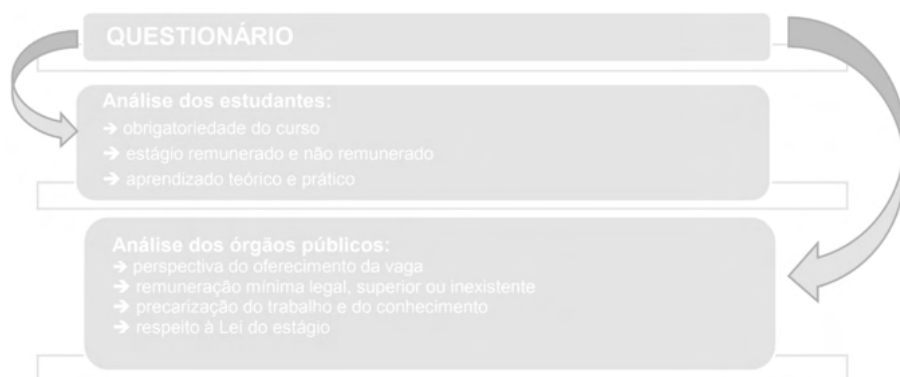


Figura 2 – Questionário.

Fonte: Autoria própria.

4.1 Referencial teórico

A precariedade no trabalho é uma situação que acompanha boa parte dos trabalhadores brasileiros, e aos estudantes não seria diferente. Há muito tempo que se observa o poder econômico e político mudarem o ensino para que os jovens sejam meros trabalhadores sem maior especialização, conforme Fagiani e Previtali (2019):

Ao longo da história da educação brasileira, a modalidade profissionalizante de nível médio tem sido alvo das mais diferentes políticas e se caracterizado muito mais por um modelo de treinamento do que por uma educação técnica de caráter mais abrangente. Ela se apresenta na forma de curta duração e promete, sobretudo, colocação no mercado de trabalho. É propagada pela mídia como sendo mais atraente, com ênfase na aprendizagem prática e na preparação dos estudantes para a empregabilidade e o sucesso no mercado de trabalho (FAGIANI; PREVITALI, 2019, p. 353).

Dessa forma, as mudanças percebidas no ensino fundamental e médio provocam um exercício de aprendizagem voltado ao trabalho, à indústria, de forma prática, com prejuízo aos “conhecimentos cognitivos superiores” (FAGIANI; PREVITALI, 2019, p. 360). Essas mudanças são orquestradas pela sociedade burguesa, conforme Alves (2011, p. 89), que afirma que essas são chamadas de “inovações sociometabólicas, mudanças no metabolismo social que contribuem para o novo clima ideológico” nas organizações.

Com relação à precarização do trabalho, Antunes (2005a) aponta que a década de 1980 foi a que mais apresentou transformações trabalhistas, sendo conhecida no Brasil como a “década perdida”, já que não houve crescimento econômico no país, enquanto

nesse mesmo período em outros países de capitalismo avançado as modificações foram tão significativas que a classe trabalhadora “sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua *materialidade*, mas teve profundas repercussões na sua *subjetividade* e [...] afetou a sua *forma de ser*” (ANTUNES, 2005a, p. 23).

A expansão plena desse espírito empresarial em âmbito mundial tem consequências negativas ao mundo trabalho, já que gera uma “sociedade dos descartáveis” (ANTUNES, 2005b, p. 15), em que os postos de trabalho são destituídos, precarizados e até mesmo extintos, conforme Antunes (2005b).

Em publicação mais recente, Antunes (2018) fala sobre a precarização como regra, sendo disfarçada de flexibilização, fazendo um traçado sobre as condições de trabalho nas últimas quatro décadas, na esfera do capitalismo mundial. Aponta, ainda, que os governos trabalham em prol da “desregulamentação dos mercados”, desempenhando um papel de “gestor dos negócios da burguesia financeira” (ANTUNES, 2018, p. 153).

No que se refere ao estágio, é necessário apontar como é definido pela Lei do Estágio:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2008).

Dessa forma, é possível inferir que o estágio é uma ferramenta de capacitação do estudante. Esta experiência tem sua importância mensurada a partir das trocas de conhecimento proporcionadas ao aluno, seja na sala de aula para seu desempenho no estágio, seja ao inverso.

A prática adquirida pode trazer a confiança necessária para que sua atuação profissional seja mais consistente, eliminando as dúvidas de principiantes na atividade. Entretanto, deve haver uma simetria entre o que está sendo oferecido ao aluno e o que ele realmente tem de praticar no seu cotidiano.

O estágio não cria vínculo empregatício e não tem previsão de direitos sociais e trabalhistas. Esta situação tem o facilitador para que o estudante consiga sua conclusão de curso em caso de estágio obrigatório, todavia quem oferece o estágio também recebe a vantagem de não precisar dispendir com custos extras, o que sobremaneira pode fazer com que se acostume com esta mão de obra como se fosse já profissional. Intermediando o compromisso entre estudante e empresa e/ou órgão público, as instituições de ensino tem papel preponderante junto aos seus estudantes, já que a ela cabe celebrar termo de compromisso, avaliar as instalações da parte concedente, indicar professor orientador, exigir relatório semestral de atividades do educando, dentre outras obrigações (BRASIL, 2008).

Nesse mesmo diapasão, podem oferecer estágios pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais devidamente registrados em seus conselhos profissionais. Pode ser ofertado aos estudantes de ensino superior e do nível médio regular e profissional uma carga horária não superior a 6h/dia e 30h/semanais (BRASIL, 2008).

O legislador, preocupando-se com eventuais abusos, caracterizou a manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei como vínculo empregatício, merecendo todos os direitos trabalhistas e previdenciários. Ainda nesse entendimento de defesa dos estagiários, há uma limitação nas contratações, devendo observar a quantidade de funcionários contratados (BRASIL, 2008).

Cassundé *et al.* (2017) destacam que a Lei n. 9.394 (BRASIL, 1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, aponta a necessidade da valorização da experiência extraescolar – que, no caso do Ensino Superior, é conhecida como atividade extracurricular, em que se encontra a atividade do estágio.

Os autores entendem a importância do saber teórico com a prática, mas sabem que a visão empresarial não as considera no mesmo contexto. Ainda no âmbito legal, consideraram que a Lei n. 11.788 (BRASIL, 2008) representou um avanço da defesa dos direitos dos estagiários.

Também foi observado em Cassundé *et al.* (2017) que a importância do estágio está estritamente ligada ao fato deste proporcionar ao aluno a vivência do que aprendeu em aula, tendo o desenvolvimento das competências necessárias para formação profissional, tornando-se um momento imprescindível para formação do aluno que desenvolve a prática daquela teoria que aprendeu em sala de aula.

5 | PESQUISA PILOTO

O questionário foi enviado para os órgãos públicos em Pelotas-RS, que autorizaram e disponibilizaram o endereço eletrônico dos seus estagiários. Preliminarmente foram contatadas as direções dos Foros estadual e federal, do Ministério Público Estadual, da Casa Civil do Estado, da Prefeitura Municipal de Pelotas, da Câmara de Vereadores de Pelotas, do Instituto Federal Sul-Rio-grandense e da Universidade Federal de Pelotas.

Ressaltamos que a diferença entre a administração direta e a indireta é que a primeira ocorre por ato do Executivo, do Legislativo ou do Judiciário e Ministério Público enquanto a segunda independe dos de quaisquer um dos três Poderes, havendo uma maior flexibilidade nas tomadas de decisões

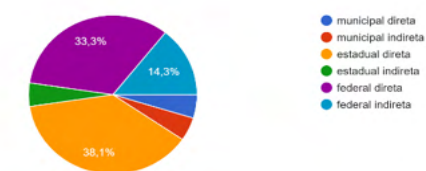
Inicialmente foram obtidas autorizações para enviar os questionários aos estagiários dos Foros estadual e federal, do Ministério Público Estadual e do Instituto Federal Sul-Rio-grandense. Com os endereços eletrônicos disponibilizados os questionários foram

enviados para 150 estagiários, dos quais 21 deles, ou 14,00%, responderam.

Foram realizados os seguintes questionamentos e obtidas estas respostas:

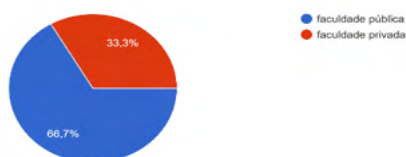
1) Quanto ao local do estágio, você é estagiário da administração:

21 respostas



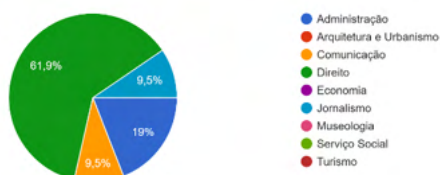
2) Quanto à origem da sua Instituição de Ensino Superior:

21 respostas



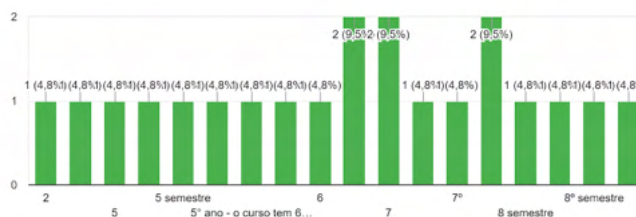
3) Quanto ao seu curso:

21 respostas



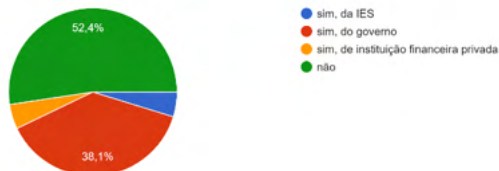
4) Em que semestre da faculdade você se encontra?

21 respostas



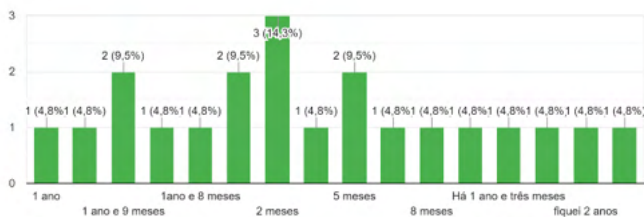
5) Quanto a bolsa ou financiamento para custear seu curso:

21 respostas



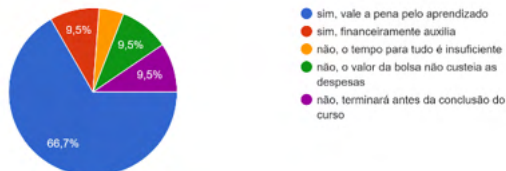
6) Há quanto tempo está no estágio?

21 respostas



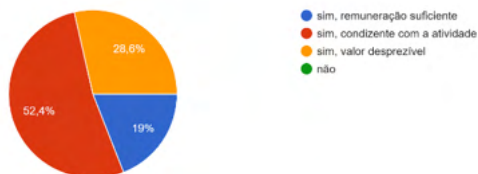
7) Pretende ficar o tempo máximo de dois anos?

21 respostas



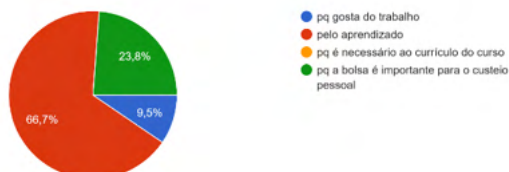
8) Seu estágio é remunerado?

21 respostas



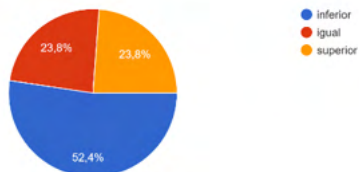
9) Está no estágio:

21 respostas



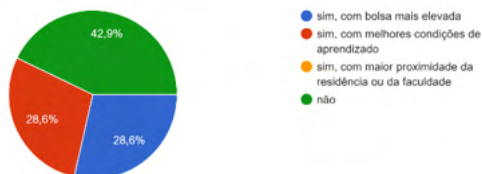
10) O valor que você recebe de bolsa em relação ao salário mínimo nacional:

21 respostas



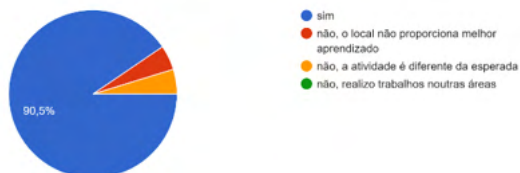
11) Tem interesse noutra estágio?

21 respostas



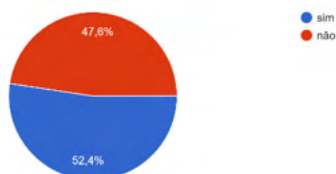
12) Você está aprendendo no nível desejado?

21 respostas



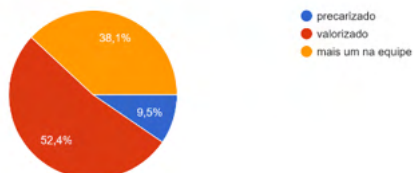
13) Sua participação como estagiário é meramente atividade de um funcionário complementar?

21 respostas



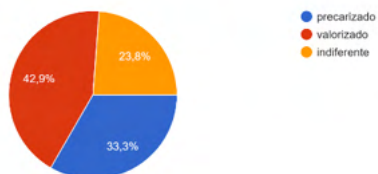
14) Como você se sente em relação ao trabalho que realiza?

21 respostas



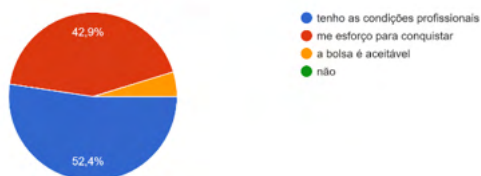
15) Como você se sente relação ao valor que você ganha como bolsa de estágio?

21 respostas



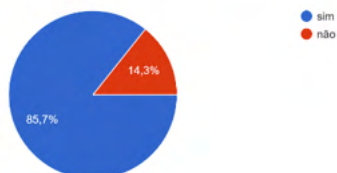
16) Você se sente respeitado e valorizado em seu entorno de estágio?

21 respostas



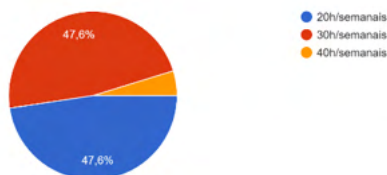
17) As atividades que lhe responsabilizam são condizentes com as quais esperava ao iniciar o estágio?

21 respostas



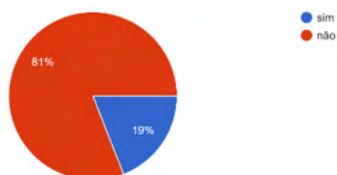
18) O tempo de trabalho semanal é de:

21 respostas

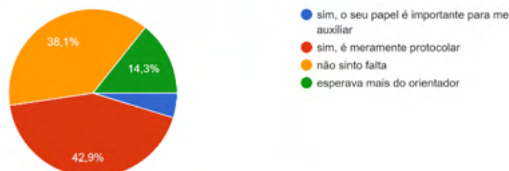


19) Conciliar estágio com estudos é prejudicial ao seu aprendizado

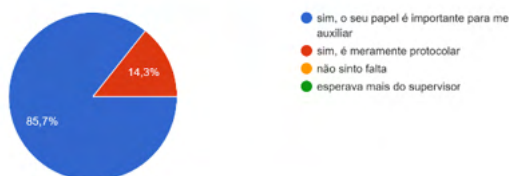
21 respostas



20) Há acompanhamento por parte do professor orientador da instituição de ensino?
21 respostas



21) Há acompanhamento por parte da supervisão da parte concedente?
21 respostas



6 | CONSIDERAÇÕES TEMPORÁRIAS

A pesquisa está em fase de qualificação, e já temos algumas considerações sobre contratação de estudantes estagiários, desde que esse seja de seu interesse, não havendo compulsoriedade. Em que pese ser um dispositivo de ajuda ao conhecimento, também é um favorecimento às demandas do mercado contra o povo, que ocorre, em especial, nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, locais em que o jovem trabalhador está mais desprotegido e necessita de um impulso para iniciar sua vida profissional. Assim, pode trazer ganhos profissionais, mas poderá fortalecer relações de favorecimentos políticos e eleitoreiros.

Os estudantes em final de curso têm condições de desenvolver na prática os conhecimentos adquiridos nas cadeiras universitárias. Recebem a responsabilidade e não tem a contrapartida similar pelo labor que entregam. O estágio é deveras importante à formação completa dos profissionais, entretanto, não podem ficar reféns de uma bolsa que pouco cobre suas despesas, dependendo ainda, possivelmente, de trabalho para subsistência.

Em algum momento pode ocorrer falhas pela sobreposição de horas de trabalho e de estudos. Assim, é possível inferir que encontramos aspectos da precarização do trabalho, a partir das atividades realizadas durante o estágio curricular.

Necessário se faz que os estagiários saibam como aproveitar estas oportunidades em termos de conhecimentos, pois estão “vendendo sua força de trabalho” (ANTUNES, 2018) por valores aviltantemente baixos, visto que sequer se aproximam do salário mínimo

nacional, o que pode ser caracterizado como precarização.

Não se trata de demonizar esta instrumentação, e sim de aproveitamento da melhor forma para ambas as partes, não somente favorecimento às reduções dos custos empresariais e públicos.

Estamos inseridos numa sociedade capitalista e todos têm de ter a oportunidade de receber valores dignos para sobreviverem e não míseras unidades monetárias que nada mais são do que uma enganosa propaganda de pagamento.

Uma vez que o estágio é para complementar o conhecimento dos estudantes, eles têm de ser ressarcidos adequadamente, a fim de que possam também manter-se e, com isso, apresentar o melhor de si no local de estágio. Da mesma forma, ao concluírem, não iniciem a vida profissional negativados em dívidas, já que muitos cursos têm seu custeio com alto valor, seja pelas mensalidades, pelos livros ou por outros materiais necessários.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANDERSON, P. **Brasil à parte**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 10. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005a.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005b.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BARDIN, F. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 5.452, de 21 de março de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro, 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 09 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 09 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm. Acesso em: 09 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/13467.htm. Acesso em: 09 jan. 2022.

CASSUNDÉ, F. R. DE S. A. *et al.* [Re]pensando o estágio na formação profissional dos estudantes de Administração: um estudo sobre a produção científica brasileira na área. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 18, n. 3, p. 594-623, 1 set. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.13058/raep.2017.v18n3.703>. Acesso em: 09 jan. 2022.

DIREITOS Humanos na América Latina. Palestra de Boaventura de Sousa Santos. [Curitiba, UFPR TV], 2018. 1 vídeo (1 h 50 min). Publicado pelo canal UFPR TV. Disponível em: <https://youtu.be/g5wFCoD22Wl>. Acesso em: 09 jan. 2022.

DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo**: Por que oito famílias tem mais riqueza que a metade da população do mundo? São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

FAGIANI, C. C.; PREVITALI, F. S. O jovem trabalhador no Brasil e a formação para o trabalho precário. *In*: ANTUNES, R. (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida: o mosaico da exploração. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 347-361.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1977. v. 4.

FIORI, J. L. Prefácio ao poder global. **Revista Tempo do Mundo**, v. 2, n. 1, p. 131-153, 2010.

HR IDIOMAS. Origem da palavra “Estágio”. **Blog HR Idiomas**. Santos, 2018. Disponível em: <https://hridiomas.com.br/origem-da-palavra-estagio/>. Acesso em: 09 jan. 2022.

KLIASS, P.; CARDOSO JR, J. C. Três mitos liberais sobre o Estado brasileiro. **Blog Outras Mídias**. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/tres-mitos-liberais-sobre-o-estado-brasileiro>. Acesso em: 09 jan. 2022.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

SANTOS, B. S. **A difícil democracia**: reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016.

SOUZA, J. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

VIEGAS, C. M. A. R. O princípio da supremacia do interesse público: Uma visão crítica da sua devida conformação e aplicação. **Blog Âmbito Jurídico**, 2011. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-administrativo/o-principio-da-supremacia-do-interesse-publico-uma-visao-critica-da-sua-devida-conformacao-e-aplicacao/>. Acesso em 09 jan. 2022.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ambiental 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 104

Ambiente virtual de aprendizagem 126, 178, 185, 186

Animações japonesas 141, 147

Aprendizagem 11, 18, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 42, 47, 53, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 80, 82, 83, 87, 94, 96, 111, 112, 113, 115, 118, 119, 120, 122, 125, 126, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 192, 194, 195, 196, 203

Aprendizagem híbrida 28, 34, 35, 36, 37, 38

C

Cartografia 70

Comunicação digital 199

Construcionismo 178

Contexto familiar 56, 110, 112, 116, 117

Covid-19 6, 34, 60, 61, 63, 64, 66, 68, 70, 71, 105, 106, 121, 122, 128, 129, 132, 133, 134, 136, 137, 139, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 161, 162, 163, 199, 200, 202, 203

Cultura digital 60, 61, 62, 66, 68

D

Desenvolvimento profissional 82, 83, 115, 188, 189, 196

Desigualdade 12, 16, 43, 104, 132, 140, 148, 157, 173

Direito 3, 16, 17, 20, 27, 100, 101, 108, 121, 122, 125, 129, 169, 173, 176, 178, 179, 180, 181, 186, 187, 200

Direito público 100, 101

Diversidade 42, 45, 47, 48, 49, 58, 82, 109, 126, 132, 137, 204

Dr. Stone 140, 141, 142, 143, 144, 148, 149

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 105, 107, 109, 110, 111, 114, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136,

137, 138, 139, 140, 143, 144, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 187, 188, 189, 192, 196, 197, 199, 200, 204

Educação de jovens e adultos 19, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 144, 172

Educação escolar 31

Educação familiar 110, 111

Educação infantil 3, 4, 5, 12, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 84, 151, 153, 154, 158, 160, 161, 162, 171

Ensino-aprendizagem 28, 29, 30, 34, 36, 37, 38, 70, 80, 83, 118, 134, 159

Ensino de Química 141

Ensino híbrido 30, 32, 33, 37, 64, 132, 133, 134, 136, 138

Ensino remoto 60, 61, 62, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 76, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 157, 159, 161, 162, 163, 203

Ensino superior 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 20, 35, 36, 60, 61, 64, 66, 68, 90, 99, 101, 108, 112, 113, 114, 116, 117, 120, 121, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 181, 186, 187, 204

Entrevista narrativa 164, 165, 170, 177

Equidade 4, 30, 100

Estágio 3, 11, 12, 13, 17, 19, 20, 25, 26, 27, 75, 115

Estratégias de aprendizagem 151

Estudantes 3, 6, 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 25, 26, 27, 35, 37, 38, 49, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 106, 114, 116, 117, 118, 123, 129, 147, 152, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 174, 176, 203

F

Formação de professores 1, 2, 3, 5, 39, 58, 76, 79, 80, 81, 87, 99, 121, 122, 123, 125, 127, 128, 130, 172, 188, 191, 197, 198, 204

Formação profissional 11, 17, 20, 27, 79, 80, 84, 131, 198

G

Gênero 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 84, 101, 102, 107, 108, 109, 200

Google sala de aula 178, 180, 181, 182, 184, 185, 186

I

Identidade 3, 4, 10, 42, 43, 44, 45, 49, 55, 83, 84, 100, 101, 102, 107, 108, 111, 114, 116, 137, 188, 189, 191, 197

L

Live 199

M

Mapas conceituais 140, 141, 143, 144, 146, 147, 149, 150

Mercantilização 1, 2, 3, 6, 8, 9, 10, 137, 138

Metodologias inovadoras 60

N

Narrativas 55, 56, 164, 165, 170, 177, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 204

Novas mídias 70, 72, 73, 77

P

Pandemia da Covid-19 60, 61, 63, 66, 68, 133, 136, 137, 139, 151, 153, 154, 157, 161

Pandemia do coronavírus 28, 100, 105, 125

Pedagogia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 34, 39, 40, 73, 77, 92, 98, 121, 123, 125, 126, 130, 162, 163, 164, 165, 172, 179, 197, 201, 203, 204

Pesquisa-ação 128, 131, 199, 202

Política nacional de alfabetização 51, 52, 54, 58

Políticas curriculares 51, 54

Políticas educacionais 50, 51, 52, 53, 57, 58, 100, 163

Políticas públicas 4, 42, 47, 50, 52, 55, 58, 84, 86, 90, 100, 103, 104, 107, 108, 109, 121, 164, 165, 173, 174, 175, 176, 204

Precarização 6, 11, 13, 14, 17, 18, 19, 25, 26, 79, 80, 86, 132, 135, 139

Professor universitário 1, 2, 5

Profissionalização 39, 79, 80, 81, 83, 87, 106, 204

Prouni 164, 165, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177

R

Representações sociais 42, 44, 46, 48, 49

T

Teatro 16, 70, 72, 73, 74, 76, 77

Teatro do Oprimido 70, 73, 76, 77

Tecnologias digitais de informação e comunicação 133, 134, 178, 179

Trabalho de conclusão de curso 110, 116

Trabalho docente 6, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 41, 79, 80, 81, 84, 86, 87, 132, 133, 135, 139, 187

Transgênero 100, 102, 103, 104




A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

4



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2022





A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

4



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2022